Intervenção para assegurar a execução das leis federais. Competencia do Presidente da Republica

Exposição de motivos com que o Prof. Agamemnon Magalhães, então Ministro da Justiça, levou a assinatura do Presidente da Republica o Dec. n. 1.498, de 15 de março de 1937.

Exmo. Sr. Presidente da Republica:

A Constituição de 16 de julho no art. 12, § 6.º, letra *b*, atribue competencia ao Presidente da Republica para decretar a intervenção com o fim de *assegurar a execução* das leis federais, submetendo seu ato á aprovação imediata do Poder Legislativo.

A iniciativa da intervenção do Presidente da Republica nessa hipótese não está condicionada, como no primeiro caso do n. 5 e nos dos ns. 3 e 4, nem á lei, nem á prévia autorização do Senado, ou solicitação dos Poderes Legislativo ou Executivo locais. E' o que se conclue da intelligencia do texto constitucional vigente e da sua elaboração legislativa. O ante-projeto de Constituição organizado pela Comissão nomeada pelo chefe do Governo Provisorio, conferia, independentemente de provocação, ou de lei, a iniciativa do Presidente da Republica *para dar cumprimento ás leis federais*, subordinando-a, entretanto, á prévia aquiescencia do Conselho Supremo. (Art. 13, letra *h*, § 4.º, do ante-projeto). A Comissão Constitucional da Assembléa Constituinte, no

meada para emitir parecer sobre aquele ante-projeto e sobre as emendas ao mesmo oferecidas no plenário, subdividiu-se em comités que apresentaram pareceres sobre as partes ou títulos, que lhes foram distribuídos.

Os relatores da parte do ante-projeto, referente às disposições preliminares, ofereceram um substitutivo, dando, no art. 13, § 1.º, competência privativa ao Poder Legislativo para decretar a intervenção com o fim de assegurar a execução das leis federais.

João Mangabeira, membro da Comissão Organizadora do Ante-projeto fez a este art. 13 do substitutivo crítica veemente. Disse ele: "O ante-projeto conferia ao Presidente a competência de intervir nos Estados para "dar cumprimento às leis federais". O texto agora apresentado atribue, essa competência ao Poder Legislativo. Não deve ser; e, em um momento dado, *não poderá ser*. Mais de uma intervenção presidencial se tem feito nos Estados Unidos para assegurar a execução de uma lei federal, contra a qual se insurgem habitantes de determinado Estado. Em 1794 intervinha Washington na Pensilvania, para assegurar a arrecadação do imposto, contra o qual se levantou a reação, ali conhecida por Wisky Rebellion. Cem anos depois, Cleveland, apesar dos protestos do governador Altgeld, intervinha no Illinois, para assegurar em Chicago a execução da lei sobre transporte de malas postais, diante da resistência popular, denominada na historia americana Pullman Strike. Imagine-se que na ausencia da assembléa, cuja intercessão dura seis meses, ao começar o ano, não possam os funcionários federais fazer o lançamento, a fiscalização ou a arrecadação de um imposto; figure-se como já aconteceu na America do Norte, que o serviço de Correios fique perturbado ou paralisado em determinada região. Aconteça o mesmo com o serviço de transporte ou o portuario. Ha de o Presidente da Republica assistir inerte á desorganização dos serviços publicos, não lhe restando senão convocar extraordinariamente o Poder Legislativo. Até que este se reuna e vote a intervenção, pelo menos 30 dias serão passados sobre a perturbação ou a ruina de tais serviços, sem que a lei federal que os criou e os regula, possa ter execução. *Não póde ser. Aqui, como nos Estados Unidos, como em toda parte, é ao poder Executivo que deve caber a competência para esse intervenção. O dever de intervir para assegurar a execução das leis federais cabe ao Poder Executivo por*

definição, porque é um órgão cuja função é executa-las. (João Mangabeira “Em torno da Constituição”, páginas 42 e 43).

A Comissão Constitucional, coordenando os pareceres parciais dos relatores, apresentou então um substitutivo geral ao ante-projeto, permitindo em seu art. 12, n. 5, a intervenção para assegurar a observância dos preceitos constitucionais e a execução das leis federais. Mas, nos §§ 1.º e 2.º do mesmo art. 12, não distinguia os dois casos do n. 5 sob o aspecto da competência do órgão interventor, Poder Legislativo ou Executivo, como, no 6.º, letra b, desse iniciativa ao Presidente da República para intervir com o fim de assegurar a execução das leis federais. O Comité composto dos Deputados Cincinato Braga, Sampaio Corrêa e Pereira Lyra, incumbidos de relatarem, como membros da Comissão Constitucional, as emendas oferecidas a esse substitutivo e referentes ao título — Organização Federal, — propoz, no tocante ao art. 12, “*um texto resultante da possível conciliação do substitutivo com as emendas apresentadas*”. Esse texto, que é o atual da Constituição, com algumas modificações, sobretudo de redação, permitia no n. 5 a intervenção para assegurar a observância dos princípios constitucionais e a execução das leis federais, distinguindo, porém, no § 2, o primeiro caso do n. 5, isto é, observância dos princípios constitucionais, e determinando que a intervenção nesta hipótese, só se efetivaria depois que a Côrte Suprema, mediante provocação do Procurador Geral da República, tomasse conhecimento da lei local arguida de infringente da Constituição e lhe declarasse a inconstitucionalidade.

Foram, dessarte, precisamente definidas as duas hipóteses de intervenção previstas, no n. 5 do art. -2, exigindo-se, no § 2.º, quando á primeira, uma lei que a autorizasse, ficando a segunda “*para assegurar a execução das leis federais* — claramente enquadrada dentro da competência do Presidente da República, de acordo com o § 6.º, letra b.

A Constituição de 1891, no art. 6.º, n. 4, também autorizava a intervenção “*para assegurar a execução das leis e sentenças federais*”. Esse dispositivo suscitou, a proposito da intervenção de 1920, na Baía, viva controvérsia em que se empenharam Rúi Barbosa e Epitácio Pessoa, as duas maiores culminancias do pensamento jurídico brasileiro naquela época Rúi Barbosa,

como se lê no seu Manifesto á Nação, publicado, sob o titulo "O ART. 6.º DA CONSTITUIÇÃO", distinguiu ali duas hipoteses claramente definidas de intervenção. Dizia ele:

"Na oração de *assegurar*, em que consiste a clausula do n| 4.º, a ação desse verbo tempor objéto "a execução *das leis e sentenças federais*".

"A execução, que esse texto constitucional incumbe ao Governo Federal de *assegurar*, restringe-se mediante o complemento determinativo, que a limita a ser "*das leis e sentenças federais*".

A copulativa, que se mete entre leis e sentenças, abrange no alcance do vocabulo *execução*, acusativo do verbo *assegurar*, dois substantivos correspondentes cada qual á sua idéa: *leis e sentenças*.

Leis não são sentenças. Sentenças não são leis. A lei é o ato do legislador. A sentença, o do juiz.

Logo, no caso continuado *leis e sentenças*, não ha equivalencia, não ha sinonímia entre os dois termos: porquanto nenhum se poderia substituir pelo outro, nenhum contém o outro.

O que ali existe, pois, é uma *enumeração* a menção sucessiva de dois objéto, cuja execução o legislador constituinte recomenda, individuada e distintamente, ao Governo Federal.

Assim que lhe compete a ele *assegurar*, por meio de intervenção:

as leis federais;

e

as sentenças federais.

Não é só *assegurar* a execução *das sentenças federais*. Não é unicamente *assegurar* a execução *das leis federais*. E' *assegurar* a execução das leis federais e das sentenças federais.

A copulativa e, conjuntando leis com sentenças como objéto umas e outras da "*execução*", que o Governo Federal lhes deve "*assegurar*", indica, ao mesmo tempo, de

modo explicito, *dualidade e diversidade* no objeto dessa execução.

Se lei não é sentença, a sentença não é lei, por que artes se admitiria que, quando a Constituição, no artigo 6.º, n.4, comete ao Governo Federal “assegurar a execução das leis e sentenças federáis”, só o encarregue de “assegurar a execução das sentenças federáis”, eximindo-o totalmente de se ocupar com a *das leis federáis*, embora lhe seja notório que estas não se executam?

Tão explicito é o art. 6.º, n. 4, quando atribue ao Governo da União o direito de intervir, para “assegurar a execução das sentenças federáis”, como quando, na mesma clausula e oração, lhe confere poder igual a respeito “*das leis federáis*.”

Esse texto não fala das leis apenas emquanto elementos *das sentenças*. Não funde a hipotese *das leis* com a *das sentenças*. Nem subordina á existencia *das sentenças* a vigilancia ali cometida ao Governo Federal sobre a execução *das leis*.

Manda-o, paralelamente, sucessivamente, identicamente, velar e intervir pela execução “*das leis e sentenças federáis*”.

O texto é tão formal em relação *ás leis*, quanto em relação *ás sentenças*. daquelas tanto como destas prescreve ao Governo Federal de “*assegurar a execução*”. Neste sentido é obvio, definido, inequívoco. Não lhe cabe senão esta significação; e desta não se origina escuridade, absurdo, ou inconsequencia com qualquer outro tópico da lei fundamental, onde se acha aquele preceito.

Logo, segundo a regra primária da interpretação constitucional ha pouco demonstrado, este texto não admite outra intelligencia”. (Rúí Barbosa, “O art. 6.º, da Constituição”, pgs. 8, 89 e 90).

Respondendo a Rúí Barbosa, disse o Sr. Eptacio Pessôa, em Mensagem ao Congresso Nacional, de 3 de maio de 1920, na parte concernente ao caso da Baía, o seguinte:

“Foi-me atribuída a afirmação de que “o art. 6.º, n.º 4, só autoriza a intervenção para assegurar a execução das sentenças”, e não também das leis federais.

Não é exáto. O que eu disse é que, si a lei violada na Baía era a que define e protege os direitos individuais, como se afirmava, a intervenção devia ser pedida ao Poder Judiciario e não ao Executivo.

Eis aqui a confirmação no telegrama que passei ao Presidente do Superior Tribunal:

“Pelo que diz respeito ao caso n. 4 (execução de leis e sentenças federais) si as leis ai desrespeitadas são, como se alega, as que garantem os direitos e liberdades do cidadão, a intervenção compete ao Poder Judiciario, que é aquele a quem a Constituição confiou a proteção desses direitos e liberdades, e, portanto, a execução coerciva de tais leis, cumprindo apenas ao Poder Executivo assegurar pela força, se fôr necessário o cumprimento das sentenças respectivas”.

Não ha duvida que o Executivo póde intervir no Estado para assegurar a execução das leis federais. Si por exemplo o Estado se opõe á applicação no seu territorio de uma lei de impostos votada pelo Congresso Nacional, o Presidente da Republica deve intervir para fazer cumprir. Do mesmo modo, si o Estado vota uma Constituição contraria á da União.

Mas, tratando-se de um direito individual ofendido, não é o Executivo e sim o Judiciario que deve ir em seu socorro. Si a autoridade local prende um eleitor adversario para evitar que ele vote, não ha de ser o Presidente da República que lhe abra as portas da cadeia para pô-lo em liberdade. Certamente só o poderá fazer em cumprimento de uma sentença judicial. Tenta-se contra a vida do adversario, ataca-se-lhe a propriedade, tolhe-se o commercio, amordaça-se a imprensa... A lei indica o caminho a seguir: o apelo aos tribunais federais, diretamente ou por via de

recurso, para restabelecimento do direito e punição dos criminosos”.

A divergencia entre Rúi Barbosa e Epitacio Pessôa, como se vê dos trechos transcritos, não era se cabia intervenção para assegurar o cumprimento das leis federais, nem se tinha o Poder Executivo competencia para decreta-la, mas, não só, quanto á relação de direito violada. Sustentava Rúi Barbosa a intervenção para fazer respeitar os direitos políticos e individuais assegurados pela Constituição, que era a lei das leis. Referindo-se a esses direitos, dizia ele que “eram aqueles que a Constituição, no art. 72, “um a um particulariza”. E a reforma constitucional de 1925-1926, consagrou essa doutrina, inscrevendo, entre os principios constitucionais, enumerados no art. 6.º, n. II, dos direitos politicos e individuais. Tratando-se de uma garantia individual, entendia o Sr. Epitacio Pessôa que cumpria á parte ofendida recorrer ao Poder Judiciario para restabelecê-la. Em se tratando de uma lei federal, como a de impostos, o Presidente da Republica *deve intervir para fazê-la cumprir*.

Nem é outra a lição dos comentadores da Constituição de 1891.

Escreveu João Barbalho:

“§ 4.º A execução das leis e sentenças federais. Conforme o art. 7., § 3.º, as leis da União e as decisões da sua magistratura serão executadas em todo o paiz por funcionarios federais. De acôrdo com os governos dos Estados poderá, entretanto, quando convier, ser a estes confiada a execução daquelas leis. Pelo art. 48, n. I, da Constituição, o art. 38, da lei n. 30, de 8 de janeiro de 1892, é o Presidente da República obrigado a fielmente executar e fazer cumprir a Constituição e as leis e resoluções do Congresso Nacional, por ele sancionadas e as promulgadas na fórma do art. 37, § 3.º, e art. 38, da mesma Const. E determina o art. 60 § 2.º, que as sentenças e ordens da magistratura federal sejam executadas por oficiais judiciais da União, aos quais a policia local é obrigada a prestar auxilio, quando invocados por eles. O § 4.º art.

6.º, é a sanção constitucional de tais disposições para *constranger á obediencia os governos, as autoridades e o povo dos Estados, quando embarcem ou se oponham á execução delas*. Sem esse meio coercitivo, a Constituição não seria a suprema lei do país, os atos legislativos e sentenças federais não passariam de simples conselhos, sem força obrigatoria, e os poderes federais não poderiam preencher seus altos fins.

E de tal modo é inherente ao Governo Federal, este direito que em rigor nem fôra preciso menciona-lo expressamente na Constituição, pois decorre, forçosamente e sem possível objeção, da indole e missão daquele governo, tendo ele até o poder de dispôr da força pública para “a manutenção das leis no interior” (arts. 14 e 48, ns. 3 e 4”).

Vê-se daí que a intervenção é possível quer contra atos de *particulares*, do *povo*, quer contra atos de *autoridades estaduais*.

E a que lei se referirá o dispositivo? Sómente a leis, cuja execução caiba a autoridades *federais*, que estejam sendo embaraçadas no exercicio das suas funções, ou também a leis cuja execução compita a autoridades *estaduais*, que as não estejam cumprindo? Por outros termos, será lícita a intervenção quando as autoridades locais deixam de executar essas leis?

A esta pergunta responde afirmativamente o comentario de Carlos Maximiliano ao mesmo § 4.º, do citado art. 6.º Diz, com efeito, ele:

“O n. 4, do art. 6.º arma o Governo Nacional dos poderes indispensaveis para manter a indiscutivel supremacia da União sôbre os *Estados*. Não fica ao *arbitrio destes executar as deliberações do Congresso*, nem tão pouco obedecer aos despachos e sentenças dos juizes federais. Se a autoridade regional se mostra desidiosa ou recalcitrante em cumprir o seu dever nos dois casos mencionados, intervem, com o objetivo restrito do n. 4, o Governo do país. Em se tratando de desecôrdo entre as leis locais e as federais, só o Pre-

sidente não póde resolver a dificuldade, salvo se ha urgência e se não acha reunido o Congresso. Quando apenas *se não cumprem leis*, embaraçam a sua observancia, ou se não atende a requisições e julgados dos pretorios da União, o Executivo age, e pronto, enérgico, embora prudente, sem audiencia prévia das camaras. E' possível, por exemplo, o *Governo do Estado impida ou embarace* a execução de uma lei de impostos, *não providencie para se realizar uma eleição, seja desidioso em elaborar disposições organicas e processuais* necessárias para o cumprimento forense de leis substantivas, não preste as informações pedidas pelos juizes federáis, não lhes cumpria as decisões, ou no sentido de restituir a liberdade a vítimas de constrangimento ilegal, ou no de abrir crédito para pagar as quantias apuradas em sentença contra ele proferida. Em todos estas circunstancias irregulares impõe-se a intervenção, encaminhadas as reclamações, conforme a natureza do caso, ou diretamente ao Executivo, ou por intermedio de um dos outros poderes constitucionáis.

Sem esse meio coercitivo, a Constituição não seria a suprema lei do país, os atos legislativos e sentenças federáis não passariam de simples conselhos, sem força obrigatoria, e aos poderes federáis não poderiam preencher seus altos fins”.

Assim, pois, é também certo que a intervenção só se deve dar quando o Estado se abstenha de executar uma lei cujo cumprimento lhe caiba.

Em summa o poder competente, para intervir com o fim de assegurar a execução das leis federáis, é o Executivo. E é também o Executivo o *unico juiz* da oportunidade e conveniencia da intervenção. “Não ha contestar, diz Araujo Castro, que o poder competente para resolver sôbre a intervenção tem a *faculdade de examinar* se a especie se enquadra ou não no têxto constitucional, mas, no caso afirmativo, corre-lhe o dever de decretala” (A Nova Const. Bras., pg. 105).

DISTRITO FEDERAL

Ao Distrito Federal, prescreve o art. 4.º, § único, das Disposições transitorias da Constituição, “estendem-se-lhe, no que lhe forem applicaveis, as disposições do art. 12”. E nada mais natural: autonomizado, e equiparado aos Estados, devia-se-lhe impôr, de igual módo, as limitações constitucionais sofridas pelas unidades federadas. E’ isto, exátamente, o que estabelece o art. 1.º de sua Lei Organica (lei n. 196 de 18-1-936):

“O atual Distrito Federal tem autonomia equivalente á dos Estados, *resalvadas as limitações* decorrentes dos preceitos da Constituição Federal”.

Ora, como já vimos e sustentamos longamente, cabe ao Presidente da Republica intervir nos Estados, e, pois, no Distrito Federal, “para assegurar a execução das leis federáis”. E, se “o que dá á lei o caráter federal não é a extensão da sua aplicação a todo o territorio da Republica, mas o fáto de ser *decretada pelos poderes federáis* e regular *materia* que, por interessar á União, a Constituição atribue á competencia do Legislativo” (Ac. do Supremo Trib. Fed. de 14-8-918; Mendonça de Azevedo. A Const. Fed. n. 305, pag. 97), — é evidente que a referida Lei Organica é lei federal sem possibilidade de contradita, e a sua inexecução autoriza e determina justa interferencia federal.

A Lei Organica do Distrito Federal não tem sido executada em pontos fundamentais, quer sob o aspecto estrutural, quer sob o funcional. E’ o que vamos demonstrar através de inumeras violações da mencionada lei.

Dispõe, com efeito, o seu art. 5.º:

“O governo do Distrito Federal será exercido por um Prefeito e por uma Camara Municipal, com a cooperação e assistencia dos demais órgãos de que trata a presente lei.”

Pois bem: um dos órgãos de cooperação que estruturam o Distrito, é o Tribunal de Contas (art. 26, n. 2). Órgão essencial ao mecanismo administrativo pelo

alcance de suas funções tutelares e fiscalizadoras, é bem de ver que a sua falta, sobre constituir inexecução da lei básica do Distrito, representa incontestável mutilação no seu organismo jurídico-político. E, força é convir, semelhante lacuna estrutural ha de acarretar o defeituoso funcionamento de importantes serviços públicos, já que ao Tribunal de Contas foram cometidas as atribuições a que se referem os arts. 29 e 30, da Lei Organica, umas relativas á sua função de “zelar pelo bom e regular provimento dos cargos municipais”, outras concernentes ao seu papel de “fiscal da administração financeira.”

Impendia á Camara Municipal o dever de organizar o Tribunal de Contas (art. 32); e, não havendo sido até agora organizado, deixou a Lei Organica de ser executada nesse ponto. Mais ainda: foram praticados com ofensa dos aludidos arts. 29 e 30, os seguintes atos, entre outros, que, votados pela Camara Municipal, deveriam passar pelo crivo controlador daquele tribunal.

— Projecto 132 de 18-7-936, relevando a prescrição em que incorreram Maria de Lourdes Rocha Guimarães e sua irmã Vicentina Gonçalves da Rocha para reclamar do Montepio dos Empregados Municipais a pensão a que tem direito em virtude do decreto federal n. 334 de 22 de maio.

— Projeto 187 de 18-7-936, contando para todos os efeitos aos professores primarios o tempo de serviço que menciona.

— Projeto s/n. de 8-8-936, concedendo a Castorina Guimarães Costa, neta solteira do contribuinte falecido do Montepio dos Empregados Municipais José Teixeira Guimarães, a pensão correspondente á contribuição do mesmo funcionario para o montepio.

— Projeto 205 de 1-9-936, assegurando a Iracema Leal Magalhães e a seus filhos menores o direito á pensão de Montepio nas condições que estabelece.

— Projeto 127 de 16-9-936, assegurando á professora Irene Celeste Gonçalves Gomes o direito á percepção do aumento bienal a que se refere.

Projeto s.n. de 11-11-936, tornando extensivo á professora jubilada Dolores Peixoto os favores do art. 9.º do decreto 3.786 de 27-2-32.

— Projeto 88 de 24-11-936, mandando contar aos funcionarios municipais para todos os efeitos o tempo

de serviço prestado á Municipalidade anterior a posse de funcionario efetivo.

— Projeto 76 de 12-12-936, mandando contar para todos os efeitos, exceto quanto a de vencimentos, aos ex-docentes da antiga Escola Normal, o periodo de tempo que menciona.

— Projeto 78-A de 29-12-936, tornando extensivas as vantagens contidas no decreto 2.636 de 16 de fevereiro de 1922, aos professores primarios diurnos, nomeados por ato de 7 de junho de 1916 e dando outras providencias.

— Proj. 126 de 12-1-1937, autorizando o Prefeito a mandar rever a contagem do tempo de serviço prestado pelo professor jubilado, Francisco de Sales Fontes Bustamante, para os fins que menciona.

Não é possivel escurecer, deante dos termos da Lei Organica, a relevancia da função fiscalizadora do Tribunal de Contas. Pertence-lhe "acompanhar a execução orçamentaria e julgar as contas dos responsaveis por dinheiros ou bens municipais." A inexistencia desse orgão impede, como é evidente, o exercicio de semelhante fiscalização.

A essa falta consideravel no organismo administrativo do Distrito acresce a desorientação do legislativo local no setor financeiro. Uma das carateristicas do orçamento, sabe-se, é "a unidade ou universalidade." E' uma lei anua; e, pois, longe de ser modificada a cada momento, deve ela, tanto quanto possivel, ser mantida e respeitada durante o exercicio financeiro.

Entretanto, varios foram os atos da Camara Municipal que alteraram a propria parte fixa do orçamento, tais como os seguintes: projeto sem numero de 26 de junho de 1936; projeto n. 195, de 1 de dezembro de 1936; projeto n. 159, de 22 de dezembro de 1936; projeto n. 115, de 22 de dezembro de 1936; decreto n. 102, de 5 de outubro de 1936. E, tumultuando o orçamento, foram ainda votados os projetos e decretos adeante enumerados:

Projeto n. 5, de 26 de junho de 1936, reduzindo a taxa de imposto de subrogação nas condições que menciona.

Projeto n. 201, de 25 de julho de 1936, abrindo o credito de 100:000\$ para os fins que menciona.

Projeto n. 96, de 2 de outubro de 1936, isentando dos impostos municipais o Colegio Independencia.

Projeto n. 155 A, de 24 de novembro de 1936, tornando extensivas aos lavradores do Distrito Federal as vantagens de que trata o art. 184 e seu paragrafo unico do decreto numero 11, de 1 de janeiro de 1936.

Projeto sem numero de 22 de agosto de 1936, dilatando por igual periodo de tempo as disposições do decreto legislativo n. 3.139, de 16 de setembro de 1936 e dando outras providencias.

Projeto n. 66 B, de 1 de setembro de 1936, limitando o maximo de vencimentos dos funcionarios municipais.

Projeto n. 148, de 29 de novembro de 1936, dispondo a respeito do comercio varejista em determinados logradouros.

Projeto n. 10, de 5 de janeiro de 1936, concedendo á Veneravel Ordem 3ª de S. Francisco da Penitencia isenção de imposto, para o fim que menciona.

Decreto n. 76, de 10 de agosto de 1936, isentando do imposto de transmissão de propriedade, para o fim que menciona a Paroquia N. S. da Paz.

Decreto n. 143, de 11 de dezembro de 1936, autorizando o Prefeito a abrir o credito de 100:000\$ para os fins que menciona.

Como se não fossem assás o tumulto introduzido na vida orçamentaria do Distrito, a Camara Municipal ainda desobedeceu ao disposto nos ns. I, II e IV do art. 13 da Lei Odganica, que assim prescrevem:

“Nos limites da competencia do Distrito Federal cabem á Camara Municipal as funções legislativas correspondentes, observando-se as seguintes prescrições:

I — Os serviços publicos serão organizados por leis basicas, da *iniciativa* do Prefeito mediante consulta ao Conselho Municipal, examinadas, discutidas e votadas pela Camara Municipal que, de futuro, não se poderá modificar parcialmente por disposições especiais, mas só revel-as no seu todo, sempre por iniciativa do Prefeito.

II — A ampliação ou redução dos serviços e a criação de novos sómente poderão constituir o objeto de deliberação da Camara Muni-

cipal quando *proposta* pelo Prefeito e serão sempre materia de lei especial.

IV — Nenhum aumento ou dedução de vencimentos se decretará sem que o *solicite* expressamente o Prefeito.”

Constituíram transgressão a estes dispositivos, entre outros, os atos que se seguem:

Projeto n. 88, de 24 de junho de 1936, autorizando a instalação e organização do Museu Historico da cidade e dando outras providencias.

Projeto n. 199, de 29 de dezembro de 1936, criando o Conselho Municipal de Contribuintes nas condições que menciona.

Decreto n. 159, de 8 de janeiro de 1937, autorizando o Prefeito a crear o Parque Citricola do D. B. no ramal de Santa Cruz, e dando outras providencias.

Projeto sem numero de 26 de junho de 1936, reajustando os vencimentos dos professores do curso de continuação e aperfeiçoamento.

Projeto n. 66 B, de 1 de setembro de 1936; projeto n. 127, de 16 de setembro de 1936; projeto n. 195, de 1 de dezembro de 1936; projeto n. 159, de 22 de dezembro de 1936; projeto n. 115, de 22 de dezembro de 1936.

Decreto n. 102, de 5 de outubro de 1936, fixando em 400\$ os vencimentos dos guardas da Policia Militar Municipal nas condições que menciona.

Projeto n. 250 A, de 30 de dezembro de 1936, reajustando os vencimentos do funcionalismo municipal.

Não é tudo. Invadiu a Camara a esfera de competencia do Prefeito, ao qual, nos termos do § 1.º, letra *i*, do art. 20 da Lei Organica, cabe, por si ou auxiliado pelos secretarios, conforme as prescrições da lei municipal,

“prover os cargos publicos, nomeando, promovendo, suspendendo e demitindo os serventuarios, e conceder licenças, aposentadorias, jubilações, na fórmula da Constituição e das leis, observadas as disposições relativas á competencia do Tribunal de Contas nesta materia.”

Assim, infringiram este ultimo dispositivo os seguintes atos:

Projeto sem numero, de 11 de junho de 1936, providenciando sobre a efetivação de orientadores de ensino que menciona e dando outras providencias.

Projeto n. 213, de 26 de junho de 1936, reintegrando no cargo de escrevente da Procuradoria dos Feitos da Fazenda Municipal o cidadão Eduardo Ribeiro Braga.

Projeto n. 64, de 11 de agosto de 1936, dando nova nomeação aos atuais chefes do Posto da Diretoria de Segurança.

Projeto sem numero, de 16 de dezembro de 1936, reintegrando no cargo de administrador de cemiterio da antiga Diretoria Geral de Assistencia Nacional, sem direito á percepção de vencimentos atrasados, o sr. Claudiano Teixeira da Cunha.

Foram vetados, totalmente ou parcialmente, pelo Prefeito, 85 projetos de lei, por infringentes da Lei Organica. Dentre esses, e rejeitados os respectivos vétos, foram promulgados 35 pelo presidente da Camara Municipal. Assim, estão em vigor 35 resoluções "locais *em conflito* com a lei "federal", o que, consoante já acentuamos, constitue verdadeira inexecução da mesma lei e autoriza "ação imediata" do Poder Executivo da União, "não havendo necessidade, nessa hipotese, de aguardar que o Poder Legislativo faça leis ou decretos, ou interprete quaisquer textos legais." (Ac. do Supremo Tribunal Federal, de 23 de maio de 1924; Mendonça de Azevedo, A Const. Federal, n. 9, pag. 6).

Eis as resoluções vetadas pelo Prefeito, mas promulgadas pelo presidente da Camara: — Decreto n. 59, de 6 de junho de 1936; decreto n. 61, de junho de 1936; decreto n. 67, de 28 de julho de 1936; decreto n. 70, de 3 de agosto de 1936; decreto n. 71, de 3 de agosto de 1936; decreto n. 79, de 12 de agosto de 1936; decreto n. 85, de 24 de agosto de 1936; decreto n. 86, de 24 de agosto de 1936; decreto n. 89, de 1 de setembro de 1936; decreto n. 91, de 10 de setembro de 1936; decreto n. 92, de 12 de setembro de 1936; decreto n. 94 de 17 de setembro de 1936; decreto n. 98, de 22 de setembro de 1936, decreto de 6 de novembro de 1936; decreto n. 118, de 10 de novembro de 1936; decreto n. 129, de 2 de dezembro de 1936; decreto n. 130, de 2 de dezembro de 1936; decreto n. 136, de 10 de dezembro de 1936; decreto n. 146, de 13 de dezembro de 1936; decreto n. 148, de 15 de dezembro de 1936; decreto n. 149, de 15 de dezembro de 1936; decreto n. 156, de 30 de dezembro de

1936; decreto n. 164, de 12 de janeiro de 1937; decreto n. 165, de 12 de janeiro de 1937; decreto n. 166, de 12 de janeiro de 1937; decreto n. 167, de 12 de janeiro de 1937; decreto n. 168, de 13 de janeiro de 1937; decreto n. 165, de 13 de janeiro de 1937; decreto n. 170, de 13 de janeiro de 1937; decreto n. 171, de 13 de janeiro de 1937; decreto n. 172, de 22 de janeiro de 1937; decreto n. 178, de 2 de fevereiro de 1937; decreto n. 174, de 25 de janeiro de 1937; decreto n. 180, de 3 de fevereiro de 1937; decreto n. 181, de 12 de fevereiro de 1937.

Muitos outros atos atentatorios da Lei Organica poderiam ser ainda mencionados. Os que acabamos de apontar, já são de molde a pôr de manifesto que se estabeleceu, no Distrito, um estado habitual e geral de inexecução da Lei Organica, — concretizada, não por simples ofensas a direitos individuais, sinão por amiudadas violações da ordem juridico-politica do municipio.

Não se ha mister de grande esforço para se comprehender o alcance das transgressões enumeradas. Bem se pôde dizer, como disse Rui Barbosa, a respeito dos incisos do artigo 72 da Constituição de 91, que cada uma das disposições violadas da Lei Organica é uma lei, lei inconstitucional, relativa á estrutura ou ao funcionamento da administração do Districto.

A' vista do exposto, concluo pela necessidade da intervenção do Distrito Federal e submeto á consideração de V. Exc. o respectivo decreto.

Rio de Janeiro, em 12 de março de 1937 — O ministro da Justiça e Negocios Interiores, *Agamemnon Magalhães*.